



18 DE FEVEREIRO DE 2008 - Nº 12

Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais

FUP CUT

TERCEIRIZADOS

Nesta quarta-feira, dia 20/02, vamos todos descer dos ônibus e participar do Dia Nacional de Luta dos Petroleiros Terceirizados e do Setor Privado

**SOMOS TODOS PETROLEIROS:
TRABALHO IGUAL, DIREITOS IGUAIS.**

O Sindicato dos Petroleiros está unido aos Sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil de Betim na convocação desse ato.

As principais reivindicações aprovadas no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Terceirizados e Setor Privado, realizado no Espírito Santo em dezembro de 2007, foram:

- Regime e jornada de trabalho (Lei 5.811): Administrativo: 40 horas semanais; Turno ininterrupto de revezamento: 168 horas mensais (5ª turma, conformidade legal); Pagamento dos adicionais de turno e sobreaviso;

- Política salarial: Salários em postos fixo de trabalho iguais aos praticados para trabalhadores próprios no mesmo cargo ou similar; Piso salarial: equivalente a dois salários mínimos;

- Horas-extras nas mesmas condições da Petrobrás;

- Fim da fiscalização de contratos de terceirização por outras empresas terceirizadas;

- PLR: pagamento à luz da Lei 10.101;

- Assistência médica e odontológica;

- Transporte gratuito de boa qualidade, segu-

ros e adequados;

- Segurança alimentar com a implantação do benefício de auxílio-alimentação no valor mínimo de R\$ 200,00 por mês;

- Representação sindical garantindo que todo trabalhador terceirizado pela Petrobrás seja reconhecido como petroleiro;

- Adicionais iguais aos da Petrobrás;

- Garantir instalações adequadas em todas as unidades levando em consideração a questão de gênero;

- Gratificação de Férias de 65%;

- Seguro de Vida;

- Horas in itinere.

Ainda queremos:

- RAI0 X no exame admissional e com periodicidade de 12 meses – hoje o trabalhador troca de empresa e faz raio X ou quando trabalha em outra área da Petrobrás.

- ASO – Pagamento salarial a partir do ASO – o trabalhador às vezes passa no ASO e começa a trabalhar após 15 dias e receber também após os 15 dias.

APOSENTADORIA ESPECIAL

ATO DIA 20/02

Sindipetro/MG chama para ato conjunto com terceirizados na próxima quarta-feira.

O Seminário sobre a Aposentadoria Especial, organizado pelo Instituto Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente (Inst-CUT), foi realizado dias 23 e 24 de janeiro no auditório da CUT Nacional, em São Paulo. Entre as principais resoluções do encontro, destaca-se o indicativo do dia 21 de fevereiro, como “Dia Nacional de Luta em Defesa da Aposentadoria Especial e da Previdência Pública”, que iremos realizar no dia 20/02, quarta-feira.

Segundo o secretário de Saúde, Meio Ambiente e Cidadania da CNQ-CUT, Fernando César Álvares, o seminário debateu pontos importantes, objetivando definir formas de mobilização do movimento sindical em defesa da aposentadoria especial e definir diretrizes para orientar o Projeto de Lei Complementar que está sendo elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

Dary Beck Filho, membro da Executiva Nacional da CUT e do INST e dirigente do ramo químico, avalia que “os debates travados nesses dois dias de seminário foram de muita qualidade e de excelente conteúdo, apresentando, ao final, um documento importante

de diretrizes sobre aposentadoria especial”.

O documento será agora encaminhado aos sindicatos cutistas para avaliação e novas contribuições. “Essas contribuições, prossegue Dary, deverão ser devolvidas ao Inst até o dia 15 de fevereiro.” Um documento final deverá ser entregue por uma comissão de sindicalistas diretamente ao Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho. Essa entrega será precedida pela mobilização nacional.

Algumas propostas sobre aposentadoria especial

Fernando César, secretário de Saúde da CNQ, ressalta algumas das propostas discutidas no seminário que deverão ser avaliadas pelo movimento sindical.

Entre essas, estão:

- A retomada dos conceitos, para efeito de aposentadoria especial, de insalubridade, penosidade e periculosidade e de atividades perigosas que ofereçam risco à vida;

- Incorporar os servidores públi-

cos, os segurados portadores de deficiência e os reabilitados com perda da capacidade laboral;

- Revisão das NRS 15 e 16, para se garantir uma legislação atualizada sobre a concessão de aposentadoria especial;

- Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) não é um instrumento de comprovação para requerimento de aposentadoria especial, pois ele e qualquer outro instrumento devem ser formulados e preenchidos com a participação dos trabalhadores e do movimento sindical;

- Garantir mecanismos efetivos de vigilância em saúde do trabalhador;

- Garantir mecanismos efetivos de fiscalização dos ambientes de trabalho e o fiel cumprimento da legislação previdenciária;

- Definir mecanismos de avaliação para efeito de aposentadoria especial, considerando dados epidemiológicos, estudos e pesquisas nos ambientes de trabalho;

- A lei complementar para a concessão de aposentadoria especial deve ampliar e garantir direitos já previstos na legislação.

Fonte – CNQ/CUT

ABAIXO-ASSINADO: Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários

O Sindipetro/MG vai participar da coleta de assinaturas para o abaixo-assinado nacional pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários. As folhas para as coletas de assinaturas estarão disponíveis no dia 20, quarta-feira, no grande ato conjunto reivindicando condições iguais de trabalho, salário e segurança para os Terceirizados e a Aposentadoria Especial. **Participe! Vamos entrar nessa grande campanha!**